

A descolonização na Guiné-Bissau

Spínola: a figura marcante da guerra na Guiné

Carlos Fabião

Visto do lado português, o Marechal António de Spínola, foi, sem qualquer dúvida, a figura central da guerra da Guiné. Com efeito, foi ele o único chefe civil e militar que soube apresentar uma resposta, ou melhor dizendo, um conjunto de respostas capazes de se oporem, com algum sucesso, ao bem estruturado plano de acção político/militar, gizado e lançado por Amílcar Cabral e que os guerrilheiros do P AIGC iam cumprindo com eficiência, libertando áreas e empurrando os descrentes militares portugueses cada vez mais para o interior das cercas de arame farpado que circundavam os seus estacionamentos.

Antes e depois de Spínola, tudo mais não foi do que «uma apagada e vil tristeza» onde a nau portuguesa, desgovernada e à deriva, sem rumo nem timoneiro, se ia afundando, paulatinamente, num mar proceloso de derrotas e descrença.

Spínola divide e define, assim, três períodos bem distintos da guerra na Guiné.

Logo nos primeiros tempos das hostilidades, Portugal perdeu o controlo do sul e do centro-oeste da colónia.

Conservou o domínio da região leste, graças ao facto da etnia fula se ter mantido fiel à soberania portuguesa; do «chão manjaco», incharacterístico, sem se afirmar por nenhuma das partes em confronto e da ilha de Bissau, como era natural dada a concentração de forças militares ali existentes.

Todas as tentativas sérias, levadas a efeito ao longo dos anos de 1964, 65, 66 e até 1967, para recuperar o controlo do sul da colónia, resultaram em derrotas, quando não em desastres militares, como aconteceu no Como; no Cantanhe, por duas vezes; no Quintafine; no estrangulamento do corredor de Guilege a partir da ocupação do Mejo, Guilege e Gandenbel e em tantas outras acções e operações de certo vulto.

Os fracassos, quando não desastres, que passaram a caracterizar a grande maioria das penetrações levadas a efeito às áreas libertadas, sob o controlo dos guerrilheiros, levou a abandonar; cada vez mais, as operações de grande vulto, nomeadamente a certas áreas críticas, como o Morés; Sárá-Saranol; Boé; Cantanhez; Quitafine; Como; etc.

Com o decorrer do tempo, as Unidades e Sub-Unidades foram-se «fechando» cada vez mais nos seus estabelecimentos deixando aos guerrilheiros vastas áreas por onde eles se movimentavam em quase completa segurança.

Havia excepções, é um facto, mas a maioria dos Comandos jogava na defensiva até porque o ambiente se prestava para isso. O QG ligava mais ao cumprimento do que estava regulamentado do que aos resultados obtidos. Uma unidade que mantivesse o ritmo operacional que se encontrava determinado, isto é, 20% de actividade operacional, ou seja, um quinto do efectivo a movimentar-se por dia, com ou sem resultados, cumpria a sua missão. E como cumpria, o Comandante não tinha problemas, nem aborrecimentos. Porém, se tivesse um grande azar, o que pode sempre acontecer a quem se arrisca, para além das preocupações próprias resultantes do acontecimento ainda tinha de se justificar, superiormente. E não poucas vezes era-lhe assacada a responsabilidade pelo insucesso.

Não se queriam desastres, nem insucessos, a guerra era para se ir fazendo a horário e percentagens.

Nos fins de Maio de 1968, quando o então Brigadeiro António de Spínola chegou à Guiné, investido na dupla função de Governador e Comandante-Chefe, a situação militar na colónia era bastante crítica.

Assim, os guerrilheiros do PAIGC controlavam toda a Zona Sul, onde as NT não saíam dos seus estacionamentos ou imediações, com uma ou outra pontuada mais atrevida até às proximidades das áreas consideradas libertadas. Onde geralmente ninguém entrava.

Na Zona Leste, ainda não subvertida, a situação era precisamente a contrária. Aí as NT dominavam as áreas onde os guerrilheiros penetravam, de vez em quando, para acções de flagelações ou emboscadas. No entanto, falava-se que, em breve prazo, o inimigo iria abrir ali uma nova frente. Para isso dispunha de uma importante base em CADÉ, na República da Guiné, e estabelecera uma base avançada encostada à nossa fronteira, junto à confluência dos rios CORUBAL e SÉLI, a sul de Piche.

Na Zona Oeste, era onde os guerrilheiros, na época, exerciam o seu esforço principal.

Toda a Zona se encontrava subvertida e em luta armada, com excepção da «chão manjaco», a S dos rios Casta-Pelundo e Baboque. No entanto, a região encontrava-se já em adiantada fase de aliciamento. Quando se sublevasse, o que se aguardava a qualquer momento, fechava-se o cerco à ilha de Bissau. Era muito natural que, então, por arrastamento, os papéis do Biombo também se sublevassem, o que significaria a chegada do fim. O futuro imediato estava-se a jogar no «chão manjaco» e não sabemos se os chefes militares da altura tinham plena consciência dessa realidade.

Os chefes da guerrilha esses sabiam-no e por isso deslocaram o Comando da Frente Norte do Morés para a região de CHOQUEMONE-INSUMETE, onde se instalaram em força.

Dali partiram três linhas de penetração no «chão manjaco», nas direcções de:

CABOIANA;

BACHILE;

CATORA-TEL,

DIMPLE;

onde vinham exercendo forte pressão.

Três importantes corredores de reabastecimentos alimentavam este esforço de guerra, a partir do SENEGAL. Os guerrilheiros mantinham, também, grupos em nomadização a S da entrada BULA-BINAR-BIAMBIBISSORA, nomeadamente nas penínsulas: ENCHERTE-MANGA: INQUIDA e QUERÉ, para controlo das populações ali sediadas.

Foi esta a situação com que Spínola se veio a deparar e contra a qual se dispôs desde logo a lutar. Depois de uma entrada fulgurante e espectacular, com altos comandos militares e civis «despedidos» para a metrópole, o novo Governador e Comandante-Chefe promoveu uma reunião em Bissau, no palácio do Governo, de todos os Comandantes de Unidades e Sub-Unidades, dos três ramos das Forças Armadas em serviço no TO da Guiné. Nessa importante reunião, Spínola esboçou o seu plano de acção definindo, com muita clareza, os seguintes pontos:

- uma guerra subversiva não se ganha militarmente;
- portanto, ele não ia pedir aos militares que a ganhassem, ia apenas pedir-lhes que a não perdessem;
- a vitória essa teria de ser conseguida pelo governo no campo político.

Com base nestes princípios, foram redefinidas as missões militares de todas as Unidades e sub-unidades do TO, de acordo com as suas reais possibilidades.

As grandes áreas libertadas, deixaram, portanto, de ser atribuídas às Unidades, passando à responsabilidade directa do Comando-Chefe que as constituiu como zonas de intervenção.

Por outro lado, a manobra militar passou a ficar estreitamente subordinada à manobra sócio/política, sendo dada a esta uma alta prioridade. Até ao fim do governo do Marechal Spínola, esta subordinação manteve-se inalterável.

Definição de uma estratégia

Spínola é um chefe militar que tem a plena consciência de que uma guerra subversiva não é susceptível de ser vencida militarmente, pelo que a solução do conflito terá sempre de ser procurada e negociada, no campo político. O Marechal tem, também, um projecto nacional para vencer o impasse a que o país chegara com a institucionalização da guerra. Esse projecto assentava numa outra estruturação do espaço português, passando por uma abertura ao diálogo, interno e externo, admitindo que a unidade se podia conservar por uma reestruturação nacional em termos diferentes, fortemente descentralizada, que tomasse, na devida consideração a heterogeneidade do todo português. Esta reestruturação passava, também, por uma certa liberalização política do regime.

A estratégia que Spínola vai montar na Guiné é um reflexo deste projecto, ao qual ficou, desde o início, subordinada. Ela consistia numa acelerada promoção sócio/económica/cultural de todas as populações tribalizadas, dentro das respectivas estruturas convencionais, de modo a fazer ascender todos os grupos étnicos, paralela e simultaneamente numa mesma direcção de modo a atingirem uma plataforma comum a que se convencionou chamar portugalidade. Durante a ascensão, o objectivo a atingir-se seria uma progressiva uniformização de linguagem, de cultura, de hábitos e costumes, de valores morais, de meios e processos de produção, etc; de tudo, enfim, o que viria a constituir a tal portugalidade que mais não seria do que uma simbiose da cultura portuguesa com a dos diversos meios humanos guineenses que pretendíamos assimilar.

Mas antes de poder desenvolver esta estratégia, com a amplitude que desejava, Spínola vai precisar de travar a ofensiva militar do PAIGC, equilibrar a situação militar e criar condições que lhe permitam dialogar com o adversário numa situação de força ou, pelo menos, de desafogo. O que acontecia na Guiné em meados de 1968.

Desprezando o sul onde o PAIGC, se encontrava fortemente implantado, o marechal vai dar alta prioridade ao «chão manjaco» onde se estava a travar uma importante batalha, talvez decisiva para o futuro da Guiné. Simultaneamente vai procurar manter a situação favorável no Leste da colónia, no «chão» Fula. Uma feliz operação militar, que destruiu a base do PAIGC junto à confluência dos rios CORUBAL e SÉLI, a sul de PICHE, na República da GUINÉ-CONAKRY, a partir da qual os guerrilheiros projectavam desencadear uma ofensiva sobre o «chão» Fula, permite-lhe ganhar tempo. Tempo que aproveita para consolidar a situação militar e lançar a sua estratégia. Com prioridade no «chão» manjaco e com segunda prioridade no «chão» Fula.

A necessidade de enfrentar a subversão nos seus dois campos de luta, a *armada*, conduzida pelos guerrilheiros, e a *ideológica*, a cargo de agentes endoutrinadores e aliciadores disseminados no meio das populações; aliada à necessidade de se tirar o máximo rendimento dos meios disponíveis para a concretização da estratégia sócio/política/económica e cultural de Spínola, veio a impor a concentração das massas nativas em grandes agregados populacionais, onde era fácil defendê-las dos ataques guerrilheiros; controlá-las, e estabelecer as infra-estruturas de promoção cultural e sócio/económica: a escola, o posto sanitário, a enfermaria, o celeiro, o fontanário, o centro comercial, a cooperativa agrícola, etc.

Na guerra subversiva, a política de novos reordenamentos levada a efeito no Vietname e em algumas das nossas ex-colónias resultou num fracasso, normalmente porque a manobra militar comandou a localização desses reordenamentos. Na Guiné tal não aconteceu porque, de acordo com os princípios estabelecidos por Spínola, a manobra militar mais uma vez tomou a ser subordinada à manobra política. Os reordenamentos construíram-se em locais escolhidos pelas populações, junto das suas plantações. Juntaram-se pequenos povoados dispersos e evitaram-se as deslocações. Muitos conservaram a anterior localização.

De acordo com a sua estratégia, Spínola promoveu, também, a regionalização de quadros e criou a Força Africana, para defesa dos reordenamentos e da sua política.

Dirigindo-se a esta, numa festa de Juramento de Bandeira, o Marechal Spínola sintetiza, assim, a sua estratégia: «Fiéis ao rumo que traçamos e coerentes com uma política de preparação progressiva dos Guinéus para participarem na gestão dos interesses comuns, a Força Africana é um passo bem claro no caminho de uma Guiné governada pelos seus filhos mas inserindo-se no quadro estrutural da Nação Portuguesa pela adequada e activa participação dos que aqui nasceram, na sua vida constitucional».

Os Congressos do Povo da Guiné

Os Congressos do Povo da Guiné constituíam uma importante peça na estratégia montada por Spínola, visando a implantação da participação do povo guineense na administração da Colónia.

Os Congressos compreendiam, normalmente, uma fase regional, realizada nas sedes dos Concelhos e das Circunscrições e uma fase Cimeira, que se efectuava em Bissau.

Na fase regional, reuniam-se os representantes dos povos da região, independentemente da etnia a que pertenciam. Era portanto uma reunião das gentes que habitavam na área do Concelho ou da Circunscrição onde as sessões decorriam.

Na fase Cimeira já tal não acontecia. Nesta, funcionavam cinco assembleias distintas englobando cada uma delas uma etnia ou um conjunto de etnias aparentadas, ou semelhantes entre si, por laços consanguíneos ou culturais.

Assim:

- Uma compreendia os Manjacos, os Papéis e os Mancanhas (Bramés):
- outra, os Balantas, a maior etnia da Guiné, abrangendo os Balantas de Fora ou «Mansos»; os Balantas de Dentro ou Bravos; e ainda os Balantas-Mané e os Mansoancas.
- outra, os Mandingas e as etnias consanguíneas, como os Jacancas, Oincas, Saracolés, Pajadincas, Sôssos, Sunuas, Jalofos, Bambarãs, ou as com semelhanças culturais, como os Beafadas e Nalús;
- outra, a grande família Fula, com os seus três grandes subgrupos, os Fulas Forros (Forreà), os Fulas Pretos e os Futa Fulas e ainda os Fulas de Boé, os Boencas e os Fulas do Toro, os Torancas;

- finalmente a última englobava as pequenas etnias, sem ter em conta semelhanças ou consanguinidades. Tratava-se, pois, da assembleia das minorias representativas, como os Bijagós, os Felupes, os Baiotes, os Cassangas, os Bagas, os Cobianas, os Jaloncas, os Banhurs.

O carácter étnico da fase Cimeira, muito criticado principalmente pelos destrabalizados evoluídos, à procura da construção duma identidade de Guinéu, facilitava e reforçava a acção do Governo e a presença de Portugal que apareciam, assim, como os grandes aglutinadores das etnias e o factor da estabilidade social na colónia.

As críticas a este sistema assentavam, como é óbvio. no facto dele perpetuar e institucionalizar a divisão étnica dos guineenses, quando o importante era criar a consciência de guinéu e sobrepor aos problemas étnicos, os problemas nacionais.

A estratégia de Spínola não visava, realmente, nem perpetuar, nem institucionalizar, a divisão étnica entre os guineenses. Bem pelo contrário, ela procurava eliminar as diferenças irreconciliáveis. as tensões e a rivalidade entre as diversas etnias de modo a construir um todo homogéneo, sócio-político, económico e cultural, argamassado pela cultura e pela presença portuguesa. A tal portugalidade de que já falámos. Porém, até se conseguir atingir este objectivo, a divisão étnica, como já acontecera no passado, facilitava a acção governamental e os Congressos do Povo, meramente consultivos, representavam um importante instrumento político e social por permitirem:

- promover a dignificação dos povos e das suas culturas tradicionais;
- informar o Governo dos seus erros próprios e dos cometidos pelos seus agentes e ainda dos choques da lei portuguesa com o direito tradicional dos povos;
- auscultar as insatisfações, os desejos e os anseios das populações nativas e procurar entender os mecanismos que as motivavam.

Operação «Mar Verde» Data: 20/23 Novembro 1970

Esta operação constitui a mais ousada tentativa do Marechal Spínola para obter uma vitória militar na guerra da Guiné. Curiosamente, visando um objectivo meramente militar, a operação, em si, era política e militar. Tratava-se da realização de um golpe de estado na República da Guiné-Conakry.

Dos dois países vizinhos da Guiné, a Guiné-Conakry era, sem dúvida alguma, o que prestava maior auxílio ao PAIGC e onde este se encontrava instalado em força. O Governo de Sekou Touré, enfrentou sempre uma oposição interna, clandestina - a última tentativa para derrubar o regime, um «complot» militar, fora descoberto e desmantelado em Março de 1969 - havendo forças e elementos oposicionistas refugiados pelos países da área, Senegal, Gâmbia, Costa do Marfim. Desde 1964, que estes grupos oposicionistas, dos quais o mais importante era o FRONT de LIBERATION NACIONAL GUINÉEN (FLNG), procuravam contactar as nossas autoridades a fim de obterem vantagens no nosso território.

Face a este quadro, Spínola planeia realizar um Golpe de Estado em Conakry, durante o qual seriam também destruídas as infra-estruturas e o pessoal do PAIGC sediados na capital da vizinha República da Guiné. No desenrolar da acção deveriam ser assassinados, Sekou Touré e Amilcar Cabral!. A FNLG, que instalaríamos no poder, pediria, então, a intervenção militar portuguesa para ajudar o nosso governo a esmagar as últimas resistências dos defensores do PDG, de Sekou Touré. Este pedido serviria de pretexto para que as nossas forças do Exército, posicionadas ao longo da fronteira, e a nossa Força Aérea, previamente alertadas, invadissem e interviessem na República da Guiné, destruindo as bases do PAIGC referenciadas neste país.

A ideia de manobra assentava em quatro pontos fundamentais:

- 1.º Obtenção do domínio do mar. Para ser conseguido, havia que destruir as lanchas rápidas que constituíam a armada da República da Guiné. Este ponto foi cumprido integralmente.
- 2.º Obtenção do domínio em terra. Neste ponto incluía-se, também, destruição das instalações, pessoas e materiais do PAIGC: o assassinato dos dois «leaders» políticos, Sekou Touré e Amilcar Cabral; a libertação de 26 PG portugueses detidos na prisão de «La Moutaigne». Este ponto, só parcialmente foi cumprido.

3.º Obtenção do domínio do ar. Como a autonomia de voo da nossa aviação não permitia dar cobertura aérea à operação, tomava-se indispensável destruir, no solo, os MIG's 15 e 17 da Força Aérea da República da Guiné. Este objectivo não foi conseguido, determinando o fracasso da operação.

4.º Captura da emissora de Boulbinet, objectivo altamente prioritário pois seria através desta emissora, a mais escutada na República da Guiné, que o novo Governo da FNLG avisaria a Nação do que se estava a passar; faria a sua proclamação e solicitaria a intervenção militar portuguesa. Este ponto também não foi cumprido, por deficiente planeamento e posterior conduta de acção, o que motivou o completo fracasso da Operação. Com efeito, apesar de terem sido alcançados alguns resultados importantes, o objectivo final da Operação: golpe de Estado na República da Guiné-Conakry e intervenção militar portuguesa, não foi atingido.

Marcelo Caetano autorizou a realização da operação com a determinação expressa de não serem deixados vestígios da presença portuguesa na área.

A operação foi executada por uma força naval, a TG 27-2, comandada pelo Comandante Alpoim Galvão.

Incorporava:

*4 LFG's (ORION; CASSIOPEIA; DRAGÃO;
HIDRA)*

2 LDG's (MONTANTE; BOMBARDA)

Transportava as seguintes forças de desembarque:

*Grupo da FNLG (200
elementos)*

DFuzE n.º 21 (Africano)

Comp.ª Comandos Africanos

Partida:

da I. de Soga, no Arquipélago dos Bijagós, pelas 19h50 do dia 20 de Novembro de 1970.

Ataque a Conakry:

estabelecida a hora de desembarque em terra, pelas 01h30 do dia 22.

Retirada:

a não destruição dos MIG's, levou o Comandante da Operação a ordenar o reembarque, que terminou pelas 09h00 do dia 22, e a retirada.

Chegada:

a TG 27-2 chegou à I. de Soga pelas 16h25 do dia 23 de Novembro de 1970.

O «plano de Senghor»

Dentro da sua estratégia, Spínola procura estabelecer o diálogo com o opositor. O Marechal tem a plena consciência que o problema da Guiné não é possível de resolver sem o PAIGC. Mas esta tentativa não vai ser fácil de realizar.

Militarmente criou as condições que lhe permitem aceitar o diálogo numa posição cómoda; não perdeu a guerra e mantém-na, no mínimo, empatada. Conserva o controle de Leste e impediu a sublevação do «chão» manjaco. Não está pressionado.

Consegue interessar no caso o Presidente Senghor do Senegal. Este, que nunca escondeu a sua simpatia pelo povo português tendo mesmo afirmado, no Casamance, em Março de 1969, que «a guerra fora imposta de cima, pelo governo», presta-se a servir de intermediário.

O Presidente senegalês, após haver contactado, separadamente e por diversas vezes as duas partes interessadas, concebe um Plano de Paz, destinado a permitir uma descolonização da Guiné calma e amigável.

Era a solução política que Spínola procurava desde a sua chegada à colónia. O plano previa três etapas:

- 1.^a Consistia em decretar um cessar-fogo a que se seguiriam negociações sem qualquer preâmbulo;
- 2.^a Seguir-se-ia um período de autonomia interna da Guiné-Bissau cujas modalidades, limites e prazos seriam livremente discutidos durante uma conferência constitucional que reuniria, dum lado os representantes do Governo Português e do outro os de todos os movimentos políticos da Guiné-Bissau;
- 3.^a A independência seria concedida numa perspectiva de uma comunidade luso-africana que nada excluiria à priori.

Mas o governo central não estava realmente disposto a modificar a sua política colonial, isto apesar do pretenso apoio e incentivo que deu a Spínola nas suas diligências, de que estava, obviamente, a par. Logo que chegou à fase de concretização do Plano, Marcelo Caetano proibiu a Spínola a continuação dos contactos e negociações com o argumento de que na Guiné se aceitava um desastre militar mas nunca uma cedência política.

Face a esta posição de intransigência e de cegueira política do governo português, perde-se, ingloriamente, a última oportunidade de se poder negociar uma solução política para a guerra da Guiné.

A partir dali só restava, a ambas as partes, prosseguir com a luta, de acordo com as respectivas estratégias, adaptadas, agora, à nova situação político/militar que, entretanto se criara:

A Spínola ficou-lhe apenas a hipótese de continuar com a guerra, uma vez que o governo não aceitava outra solução que não fosse a vitória militar.

Mas ele sabe que isso não é possível. Ele próprio o diz: «uma guerra subversiva nunca está definitivamente ganha». Portanto, a esta imposição de uma só opção, a vitória militar, só resta uma alternativa: o derrube do governo que impõe uma guerra desgastante, impossível de vencer, sem qualquer outra alternativa.

De momento, ao Marechal Spínola não resta outra solução que não seja a de continuar a guerra mas como tem a plena consciência de que esta é uma solução anti-nacional, vai começar a conspirar. A preparar a outra alternativa.

O PAIGC, pelo contrário, sem abrandar o esforço militar, vai desencadear uma grande ofensiva política.

Para os finais do ano é eleita, nas zonas libertadas, uma Assembleia Nacional Popular, com funções constituintes. Começa a esboçar-se um quadro de proclamação unilateral de independência e contra esta eventualidade, nada se pode fazer.

Em 20 de Janeiro de 1973, quando preparava o II Congresso do PAIGC, Amílcar Cabral é assassinado em Conakry, em condições nebulosas ainda não perfeitamente esclarecidas. Se o assassinato do SG do PAIGC tinha por objectivo evitar a proclamação unilateral de independência da Guiné, o mesmo não logrou atingir o fim que visava, porque no dia 24 de Setembro de 1973, na região libertada de Madina do Boé, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, proclamou unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau.

Num curto prazo de tempo, 86 países, mais do que aqueles com quem Portugal mantinha, na época, relações diplomáticas, reconhecem o novo Estado.

Falhada a solução política, laboriosamente preparada e procurada por Spínola e que poderia ter tido expressão no «Plano Senghor», só restava ao Marechal tentar, de novo, uma vitória militar. Era suficientemente esclarecido para ter consciência de que ela não era possível, mas também não era homem para assistir de braços cruzados ao evoluir dos acontecimentos e à progressiva degradação da sua obra. Se aceitara ficar mais um ano à frente dos destinos da Guiné, se o governo-central lhe proibira a hipótese duma solução política, negociada, para a contenda, agora só lhe restava prosseguir a guerra, com algum sentido e coerência.

Ofensiva no sul -reconquista das áreas -libertadas- o prosseguimento do esforço militar

Fiel ao princípio de que só a ofensiva conduz à vitória, Spínola concebeu então o plano arrojado da reconquista das áreas libertadas do sul da colónia cujo controle havíamos perdido logo nos primeiros tempos das hostilidades.

A tarefa era de vulto e para a poder realizar, o Marechal precisava de unidades militares, unidades essas que a metrópole, esgotada em recursos humanos, não podia fornecer. Spínola resolve o problema recorrendo a outra jogada arriscada: substitui, por forças de milícias africanas, algumas companhias metropolitanas sediadas em função de quadrícula em áreas menos sensíveis. Como fruto da sua política de regionalização, a medida resulta, permitindo-lhe desipotocar as forças metropolitanas de que carece para lançar a ofensiva no sul.

Dispondo de importantes meios aéreos; do domínio absoluto dos ares; de unidades especiais - entre as quais se destacava o Batalhão de Comandos Africanos - bem preparadas, equipadas e helitransportadas, o que lhes conferia uma grande mobilidade, capacidade e raio de acção; foi possível a Spínola montar uma manobra que, entretendo e segurando a guerrilha perto dos seus «santuários», permitiu a implantação de posições das NT nas áreas libertadas.

A operação desencadeou-se com uma grande concentração de meios dos três ramos das Forças Armadas princípio da massa - surpreendendo, de início, os guerrilheiros do PAIGC. Quando estes começaram a reagir, viram-se confrontados com fortes acções aéreas, conjugadas com o lançamento de forças helitransportadas sobre as suas áreas de refúgio. E a operação foi-se desenvolvendo com um certo sucesso, sucesso esse que ultrapassou o previsto nas previsões mais optimistas.

O «strella», fim do domínio aéreo e da liberdade de acção. A rápida deterioração da situação militar

Porém, nos fins de Março e em plena operação, o «strella» apareceu nos céus da Guiné. Foi o fim do domínio dos ares; a Força Aérea Portuguesa encontrou um adversário à altura contra o qual não conseguiu arranjar uma resposta adequada, com oportunidade.

A supremacia aérea total, que constituía o grande trunfo sobre o qual assentava toda a manobra militar no TO, desapareceu bruscamente, permitindo o equilíbrio e logo a seguir a inversão da iniciativa a favor dos guerrilheiros do PAIGC.

O prestígio político remanescente e a capacidade operacional de Spínola, ainda foram conseguindo «disfarçar» a degradação da situação militar nos seus últimos meses de governo e chefia militar na Guiné, não deixando ver, com grande nitidez, o descalabro que se processava de facto.

Com efeito, desde que se perdera a liberdade de acção aérea, que permitiria lançar, com algum sucesso a ofensiva sobre as áreas libertadas do sul da colónia, nada mais restava do que se voltar aos velhos tempos do «aguentar enquanto fosse possível».

Por outro lado, toda a estratégia de Spínola, que passava sempre por uma solução política, negociada com o PAIGC, se desmoronava face à intransigência do Governo Central que não admitia, em condição alguma, o que apelidava de cedência política.

Para a estratégia colonial de Lisboa, a Guiné não passava de um simples peão, sem grande valor, que se deixava comer quando já não fosse possível defende-lo mais. Aliás, Marcelo Caetano fora bem explícito ao admitir que para a Guiné se aceitava uma derrota militar mas nunca uma cedência política.

A partir deste conceito, já nada mais restava fazer na Guiné. As medidas a tomar, e era urgente que se tomassem, teriam de ser realizadas na metrópole. Impunha-se o derrube do governo marcelista antes que as colónias se perdessem por sucessivas derrotas militares cuja responsabilidade seria sempre atribuída às Forças Armadas Portuguesas. Como acontecera com a Índia.

O General Bettencourt Rodrigues, o novo Governador e Comandante-Chefe da Guiné, aceitou a estratégia do governo-central que previa a resolução do problema guineense pela perda da colónia por uma derrota militar com o sacrifício de toda a guarnição, se tal se tornasse necessário. «Resistir até à exaustão dos meios», foi a ordem que recebeu. Não levou consigo nenhuma ideia ou projecto para fazer face a uma situação que se agravava, dia após dia. Limitou-se a procurar cumprir a «receita» marcelista: resistir. Resistir até ao fim. A única preocupação que deve ter tido foi quando constatou que essa resistência não ia, com certeza, durar até ao final da sua comissão. Com efeito, a situação política e militar na Guiné, após a partida de Spínola, entrou em acelerada degradação. A pressão dos guerrilheiros do PAIGC, nas três zonas operacionais do TO, nomeadamente a Leste a Sul, sobre as dispersas e desmoralizadas guarnições portuguesas intensificou-se e só o 25 de Abril conseguiu evitar um completo desastre militar.

Situação militar, quando do 25 de Abril de 1974

Após o 25 de Abril, a acção militar do PAIGC diminuiu consideravelmente sem deixar, contudo, de se manifestar. Desde o princípio do ano, que a manobra dos guerrilheiros se caracterizava pela existência de duas áreas de esforço: uma a Leste (saliente NE da colónia); outra a Sul (região de CUBUCARE/GUILEGE); com o objectivo de conquistar algumas guarnições das NT (Copa caiu em 13 de Fevereiro de 1974).

A partir da segunda semana de Abril, diminuiu a pressão nas áreas de incidência de esforço marcando, assim, o fim da 1.^a fase da grande ofensiva da época seca de 1974.

Por essa altura (17 de Abril), realizou-se em Boké (República da Guiné-Conakry) uma reunião de UMARU DJALLO e João BERNARDINO VIEIRA «NINO», que comandavam as operações, respectivamente, a Sul e Leste, com o fim de estabelecerem novos planos para a continuação da ofensiva antes do início da época das chuvas.

A partir de 27 de Abril, o PAIGC decide intensificar a sua acção militar no TO, com o fim de tirar partido da mudança de regime em Portugal. No entanto essa intensificação não chegou a concretizar-se por, entretanto, o S.G., Aristides Pereira, haver convocado uma urgente reunião do Comité Executivo de Luta, para Boké, nos primeiros dias de Maio.

De 25 de Abril, a 31 de Maio de 1974, registam-se ainda, na Guiné, 102 acções de combate que custam 5 mortos e 79 feridos às NT; 17 mortos, 33 feridos e 13 aprisionados às populações sobre o nosso controle.